

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
PROCURADORIA**

**PROCESSO 1040/12.
PLCL Nº 11/12.**

PARECER PRÉVIO

É submetido a exame desta Procuradoria o Projeto de Lei Complementar do Legislativo em epígrafe, que altera o inciso XX do *caput* e inclui inciso III no § 2º do artigo 21 da Lei Complementar nº 07, de 07 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência municipal, dispondo acerca de bolsas de estudo que especifica, para fins de cálculo do ISSQN.

Consoante dispõe a Constituição da República, no artigo 30, inciso III, compete ao Município instituir e arrecadar os tributos de sua competência.

Os tributos de competência do Município são o imposto sobre propriedade predial e urbana, transmissão *inter vivos* a título oneroso de bens imóveis e direitos reais sobre imóveis, e imposto sobre serviços de qualquer natureza.

A Lei Orgânica, coerentemente com os comandos constitucionais, declara, no artigo 8º, inciso II, a competência do Município para instituir e arrecadar os tributos de sua competência.

Na forma do que dispõe o Código Tributário Nacional, a atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena (art. 6º).

A matéria objeto da proposição, consoante se infere dos preceitos antes mencionados, insere-se no âmbito de competência municipal, inexistindo óbice legal à tramitação.

Cabe sinalar apenas que a Lei Complementar nº 101/2000, no artigo 14 e seus incisos I e II, impõe requisitos de observância obrigatória para concessão de benefícios de natureza tributária e que por força do disposto no § 3º, do art. 113 da Lei Orgânica quaisquer benefícios que envolvam matéria tributária somente podem ser concedidas por prazo determinado.

É o parecer, *sub censura*.

Á Diretoria Legislativa para os devidos fins.
Em 06 de junho de 2.012.

Claudio Roberto Velasquez
Procurador-Geral–OAB/RS 18.594